

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 6

GRUPO II – DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 1

Considerando a seletividade do sistema penal brasileiro, comente a sua incidência em cada uma das etapas do processo de criminalização.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

24.4 Processos de criminalização.

PADRÃO DE RESPOSTA

A seletividade incide em todas as etapas do processo de criminalização, desde a eleição do bem jurídico a ser tutelado, a elaboração do tipo penal e a cominação das penas pelo legislador, passando pela intervenção dos órgãos de repressão policial, atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário, até a execução penal.

O sistema penal criminaliza muitas estratégias de sobrevivência das classes populares, apenando de forma mais incisiva as condutas dessas classes do que as condutas das classes mais abastadas. Há um excesso de criminalização de condutas, então os órgãos de persecução penal selecionam, entre tantas condutas criminalizadas, aquelas que serão submetidas ao sistema judicial: a polícia, em suas abordagens, locais de atuação, públicos-alvo; o MP, ao selecionar, entre todos os fatos que lhes chegam às mãos, aqueles que serão alvo de denúncia; o Poder Judiciário, que vai absolver ou condenar e, nesse caso, enviar à prisão ou estabelecer outras medidas. Na execução da pena continua atuando o processo de seleção.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 6

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado Defensor Público federal plantonista de um final de semana recebeu a comunicação de um auto de prisão em flagrante. O caso referia-se ao comparecimento espontâneo do assistido a delegacia da Polícia Federal para informar que havia extraído ilegalmente, havia uma semana, uma caçamba de areia de determinada área no município onde se situa a DPU. Conforme o assistido, ao ser informado por um parente de que tal conduta era crime federal, entendeu que era seu dever comparecer espontaneamente à polícia para informar o fato e receber orientações. O delegado de Polícia Federal, por cautela, deu-lhe voz de prisão e lavrou o flagrante.

Na condição do Defensor Público federal plantonista, que providência imediata o(a) senhor(a) tomaria nesse caso?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

10 Prisão processual e liberdade. Estatuto constitucional da liberdade-regra e da prisão-exceção. Prisão processual e cautelaridade. Prisão processual, medidas cautelares e subsidiariedade. Prisões processuais: espécies, procedimentos, requisitos, cabimento e vedações. Medidas cautelares: espécies, procedimentos, requisitos, cabimento e vedações.

PADRÃO DE RESPOSTA

Diante da evidente ilegalidade do flagrante, considerando-se o comparecimento espontâneo do assistido e a ausência de *periculum in mora* do caso, formularia pedido de relaxamento de prisão ao juiz federal plantonista, aliado a pedido de designação de imediata audiência de custódia. Alternativamente, impetraria *habeas corpus* contra o ato ilegal do delegado de Polícia Federal, dirigido ao juiz federal plantonista. Caso o juiz federal já tivesse homologado o flagrante, caberia *habeas corpus* contra o ato do juiz federal, dirigido ao tribunal regional federal.